

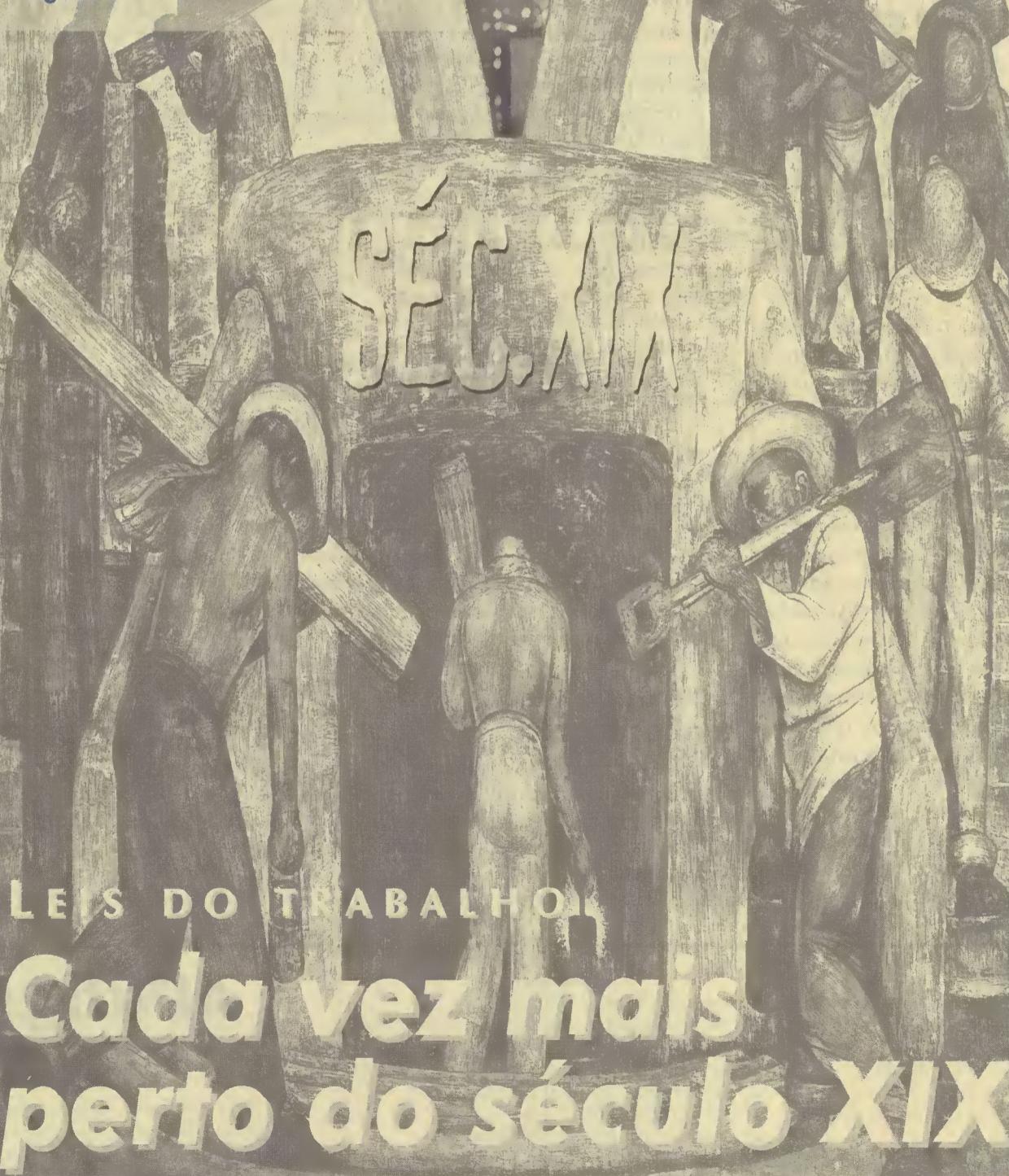
ADI VERSO

Jornal da Adufrgs

nº 92

Mais um longo passo para trás. Falta apenas mais um, no Senado, e os direitos trabalhistas brasileiros estarão passando ao nível dos existentes no sudeste asiático. Lá, as condições de trabalho não se diferenciam muito das que vigoravam no século XIX. O motivo, não declarado pelo governo federal, é óbvio: dentro das regras do neoliberalismo, a mão-de-obra barata é fator de competitividade.

Páginas 4 a 7

**LEIS DO TRABALHO**

Cada vez mais perto do século XIX

Fim da greve



Vitória: docentes aprovaram por unanimidade o fim da greve no dia 7 de dezembro, no Auditório da Faculdade de Direito

Professores retornam ao trabalho, depois de 108 dias de paralisação, com o consenso de que os ganhos políticos superaram em muito os econômicos. A derrubada da Lei do Emprego Público e a garantia de novas contratações pelo Regime Jurídico Único (RJU) representam a maior vitória desta greve, batalha importante dentro do processo de luta em defesa da universidade pública e gratuita.

Bombardeados a todo momento pela estratégia política do governo que visa claramente desgastar o movimento docente, os professores conseguiram, ao longo de todo o período de greve, manter-se unidos na busca de melhorias que beneficiassem a todos e não apenas a parcelas da categoria. Assim como colocaram à frente dos ganhos salariais as questões referentes à preservação da universidade pública.

Com a comunidade universitária e a sociedade, os docentes assumiram o compromisso de recuperar integralmente o semestre 2001/2, sem prejuízo à reconhecida qualidade de ensino da Ufrgs.

Reprodução



Hora da reflexão

Concluída a greve após cento e tantos dias, fica para nós o momento de reflexão. É necessário para entendermos o que levou a tantos dias de greve e se a negociação, que resultou em um aumento no salário base e teve um saldo positivo. A tática usada pelo governo não surtiu efeito nos professores e nem na sociedade. Ambos repudiaram a forma como o governo tratou aqueles que trabalham na universidade pública e os que são atendidos por ela.

Também é bom lembrar do que levou o governo a tratar esta greve da forma desrespeitosa como de resto vem tratando a universidade. O motivo principal é que o governo acredita que o Estado atrapalha sempre que tenta regular as forças do mercado. Para a Universidade isso significa algumas coisas. Em relação aos alunos, ele concorda que deva existir um ensino de qualidade. Mas a qualidade seria auferida, via provas que são publicizadas e servem como marketing dos cursos. Manter estes cursos de qualidade, através de cobrança, no melhor estilo capitalista "do pagou tenho direito" e para isto é necessário pessoalizar o indivíduo que contribui. E não da forma mais justa que é impessoalizar, contribuindo para o Estado e este distribuindo de forma impessoal para que ninguém seja favorecido pelo simples fato de ter capital. Mas existem os indivíduos que são "inteligentes mas não têm dinheiro, cria-se bolsas ou formas de ajuda para terem acesso ao ensino, e além disto retira-se ou alivia-se a pressão da sociedade para que todos tenham acesso ou o direito de acesso ao ensino de qualidade, sem a necessidade de formas compensatórias próprias do capitalismo.

Pelo lado dos professores, o governo sabe que a cobrança da mensalidade financia uma parte da universidade

que é o ensino, mas não a pesquisa e a extensão, que são os outros dois pés da Universidade necessários para a constante melhoria e atualização. Estes, os professores sustentam buscando financiamento vendendo seu conhecimento para a produção de pesquisas que visem atender demandas específicas. Contratos de pesquisa ou prestação de serviços estabelecidos direto entre o interessado, que tanto pode ser a iniciativa privada quanto as diferentes esferas de governo nacional ou internacional. A universidade perderia a sua identidade neste acerto feitos de maneira direta e sem intervenção ou controle. É para isto que servem as Fundações que estão sendo criadas. O drástico é que muitos enchem a boca para falar de ensino público e gratuito desde que não mecham nos seus títulos que vêm via estes órgãos.

Para um grupo também importante na Universidade, que é o dos técnicos-administrativos, a sensação é que o governo quer torná-los escravos e deixá-los na dependência da complementação salarial de uma gratificação por desempenho ou de acertos feitos direto com os pesquisadores que repassariam parte de sua verba para uma complementação salarial.

Muito do acima mencionado já ocorre hoje na Universidade em todo o país em pequena escala. A intenção do governo é institucionalizá-la e assim se sentir desobrigado de contribuir para a manutenção desta Universidade. Com a sobra dos recursos poder investir e alguns professores ou centros que garantam sua continuidade como governo. Cabe a nós estarmos atentos para que possamos reduzir, e talvez eliminar o que já existe de nefasto na Universidade e lutarmos para que o ensino público se amplie e possa atender a todos que o procuram.

Implantar o habeas-mídia

O teórico do Direito Paulo Lopo Saraiva fez recentemente uma palestra em Cuiabá (MT), em que defendeu a implantação do "habeas-mídia". Constitucionalista ferrenho, Saraiva afirma que há três óbices à Constituição no Brasil: a concentração de propriedades, a concentração de renda e a concentração de mídia. "A TV no Brasil está nas mãos de grupos econômicos e políticos", afirma, chamando a concessão de TV de ficção jurídica. Por isso, afirma, "precisamos libertar a mídia. Precisamos do habeas-mídia". Antonio Lemos Augusto, em artigo no Observatório da Imprensa (www.observatoriodaimprensa.com.br) lembra que, ao defender o habeas-mídia, Saraiva faz uma referência ao habeas corpus (HC), uma prerrogativa do cidadão contra arbitrariedades. Pelo HC, o cidadão evita que a sua liberdade de locomoção seja violada por atos de violência e coação ilegal. "Em relação à mídia, o público brasileiro sofre a coação ilegal de ter que engolir uma programação fabricada com interesses distantes do que se entende por coletividade", explica Augusto.

Estratégias contra Alca

Em quatro dias de reuniões em Havana (Cuba), importantes movimentos sociais da América Latina planejaram, em conjunto, as próximas iniciativas contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). A declaração final do evento, chamada "Construamos Américas Solidárias", traz um plano de ação, definido em conjunto, por MST, intelectuais, Avós da Praça de Maio, e as maiores centrais sindicais e entidades estudantis do continente. Foram criados grupos de trabalho para propor formas solidárias de integração, com base em experiências locais de inclusão econômica e de democracia direta, em que Porto Alegre e o Rio Grande do Sul são as maiores referências. Também serão criadas brigadas para "alfabetizar" militantes contra a Alca. Outro consenso foi forçar a realização de um plebiscito em todo o continente, para que os povos digam se querem ou não a área de livre comércio.

Liberdade de conhecimento

A cidade tailandesa de Banna sediou no início de novembro um grande encontro de grupos camponeses, ongs e acadêmicos de Bangladesh, Camboja, Índia, Indonésia, Japão, Filipinas, Suécia, Brasil, Austrália e Tailândia.

Eles discutiram as ameaças que a biodiversidade vem sofrendo em todo o planeta e definiram metas de ação, para fortalecer o conhecimento das comunidades campesinas. Esse é considerado um antídoto à opressão das patenteadoras da vida, na opinião de quem participou do encontro.



Cavalo de Tróia da agricultura

Cuidado! Atrás do nome "ajuda alimentária" esconde-se uma estratégia dos Estados Unidos para despejar alimentos transgênicos nos países do Sul. A denúncia está sendo feita pela Rede por uma América Latina Livre de Transgênicos. Eles divulgaram um relatório em meados de outubro, afirmado que, aparentemente benéfico aos países do Sul, a iniciativa é um cavalo de Tróia da agricultura. Com a "ajuda" será concedido um financiamento de longo prazo a países em desenvolvimento para comprar alimentos transgênicos dos Estados Unidos. As manobras políticas e econômicas começam antes mesmo de chegar a comida. Conforme o texto, são duas as imposições para os candidatos ao "benefício": restringir a importação de produtos similares aos pretendidos e aceitar que a carga seja transportada por navios dos EUA.

Erramos

No Adverso nº 89, foi erroneamente atribuído à Adufrrgs o convite ao sociólogo Mariano Fernández Enguita para realização de Conferência sobre "Transformação no Mundo do Trabalho e suas Repercussões na Educação: a Escola Européia dos anos 90", em 17-09-2001. A atividade foi organizada pelo Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Trabalho, Movimentos Sociais e Educação da Ufrgs, e em especial por iniciativa dos professores Jorge Ribeiro e da Coordenadora do Núcleo, professora Marlene Ribeiro. A vinda do professor Enguita a Porto Alegre foi viabilizada pelo apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa da Ufrgs e também pela Superintendência de Educação Profissional da SEC. Tendo se caracterizado como atividade de greve, a divulgação do evento teve o apoio do Comando Local de Greve dos professores da Ufrgs. O erro no Adverso, que lamentamos, teve origem no boletim Ação Direta nº 03 que não divulgou a iniciativa do Núcleo na organização do evento.

FIM DA GREVE

Volta ao trabalho e com qualidade

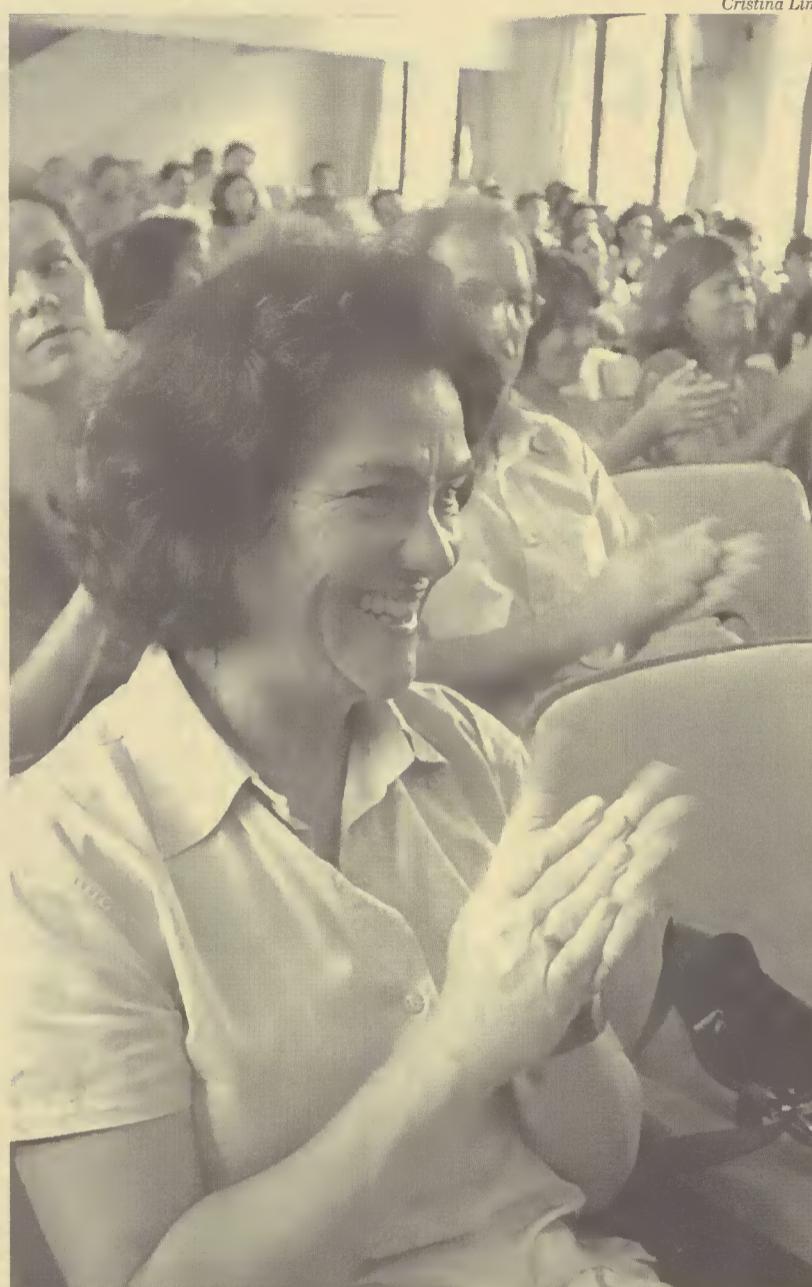
Depois de 108 dias de greve – a mais longa já realizada nas universidades federais –, professores da Ufrgs voltaram ao trabalho no último dia 10 com a determinação de cumprir integralmente o semestre 2001/2, sem comprometer a qualidade de ensino. As aulas serão recuperadas entre 17 de dezembro e 15 de maio do ano que vem. Nesse período, de acordo com o calendário elaborado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), estão previstos dois recesso: de 22 de dezembro a 1º de janeiro e de 8 a 17 de fevereiro.

O fim da paralisação foi aprovado em assembleia realizada no dia 7 de dezembro, referendando decisão do Comando Nacional de Greve (CNG), após aprovação do Projeto de Lei que garante os termos do acordo assinado entre grevistas e MEC. Na avaliação da categoria, dessa vez os ganhos salariais foram ínfimos frente aos ganhos políticos, como a derrubada da Lei do Emprego Público e o reconhecimento de que a reposição de vagas docentes nas universidades públicas federais é necessária e urgente.

O reajuste médio de 12,9% é considerado significativo porque, ainda que pequeno em vista da defasagem salarial acumulada nos últimos sete anos, incide sobre o salário-base e não sobre as gratificações, como propôs o governo no Projeto de Lei enviado ao Congresso Nacional, que previa aumento na GED de 34%. Na avaliação do Comando Local de Greve (CLG), a extensão de um percentual da GID aos aposentados de 1º e 2º graus e a equiparação da GID à GED representam ganhos de caráter econômico e moral, na medida que beneficiaram justamente a parcela da categoria que saiu da greve de 1998 de mãos vazias. "A preocupação com os professores de 1º e 2º graus revelou uma pedagogia positiva do movimento", diz o professor Carlos Schmidt, integrante do CLG e um dos fundadores da Adufrgs.

Para a professora Elisabeth Burigo, do CLG, a condução das negociações pelas assembleias ao longo dos mais de três meses de greve fortaleceu a democracia dentro do movimento. "As assembleias tiveram papel fundamental, principalmente quando conseguiram mostrar ao Comando Nacional que a discussão havia passado do Executivo para o Legislativo, o que agilizou o processo de negociação nos últimos dias", justificou. A capacidade revelada pelo CNG de ouvir e conduzir a greve de acordo com a posição majoritária da categoria foi elogiada pelos professores da Adufrgs em várias assembleias e considerada um evidente sinal de maturidade do movimento docente, nascido no final da década de 70.

Terminada a batalha, a ordem agora é não abandonar a luta e priorizar os pontos que serão negociados



Cristina Lima

Aplausos: professores da Ufrgs comemoram o fim da paralisação de 108 dias e parabenizam o Comando Local de Greve pelo trabalho realizado

daqui para frente com o governo, através das mesas de discussão previstas no acordo com o MEC. Para alguns, o trabalho do movimento deve se concentrar na busca da incorporação das gratificações, como forma imediata de desprecarizar os salários, enquanto outros defendem que a prioridade é a reformulação da carreira. "Precisamos acabar de vez com as diferenças entre os professores de Ensino Superior e os de 1º e 2º graus, para que um dia sejamos todos professores públicos federais", disse o professor Rubens Weyne, presidente da Adufrgs. Continuar a combater as gratificações por produtividade (GED e GID), que valorizam a quantidade em detrimento da qualidade, é outra meta do movimento a ser buscada no período pós-greve.

Os professores não têm dúvidas de que faz parte da estratégia política do governo enfraquecer o movimento. As evidências surgiram em vários momentos da greve, quando as propostas apresentadas pelo MEC colocavam parcelas da categoria umas contra outras, ao estabelecer ainda mais diferenças entre titulados e não titulados, professores de 3º grau e os de 1º e 2º graus, novos e antigos. "Conseguimos resistir e conduzir o movimento de forma a beneficiar a categoria como um todo, respeitando as diferenças políticas que existem dentro do movimento", reiterou o professor Luiz Alberto Miranda, da Faculdade de Ciências Econômicas.

Salários

Por várias vezes o governo tentou mudar o que havia acordado com os professores. Em 31 de outubro, alegando falta de recursos, recusou-se a assinar um documento construído juntamente com os grevistas, depois de longas e exaustivas reuniões. Entretanto, passado pouco mais de um mês, encaminhou ao Congresso um projeto substitutivo com custo de R\$ 328 milhões, pouco menor que o montante necessário para custear o acordo anterior. A significativa diferença é que o primeiro trataba da incorporação da GAE e o segundo de um reajuste no salário-base.

A secretária de Ensino Superior do MEC, Maria Helena Guimarães de Castro, quando se negou a assinar o primeiro acordo, em 31 de outubro, chegou a dizer que não poderia conceder a incorporação da GAE aos docentes porque abriria precedentes para outras categorias. Mas dias antes os técnicos-administrativos haviam conseguido o mesmo que era reivindicado pelos professores, o que levou à conclusão de que o governo pretendia também dividir os trabalhadores. Os técnicos das universidades federais voltaram ao trabalho com o firme propósito de não realizar qualquer atividade que viesse a prejudicar a greve dos professores.

O projeto substitutivo enviado pelo governo, que deveria ter sido construído dentro dos termos acordados na segunda etapa de negociações, continha pequenas discordâncias no texto, que gerariam problemas significativos. A equiparação da GID à GED, por exemplo, não foi incluída, o índice médio de reajuste sofreu redução e o aumento só seria aplicado a partir de fevereiro de 2002 e não janeiro, como havia sido combinado. O governo tentou ainda embutir no montante o reajuste de 3,5% do funcionalismo público federal previsto para janeiro de 2002, o que deixaria os professores de fora quando os demais servidores tivessem seus salários reajustados. Os pontos em desacordo foram acertados, menos o que trata do mês inicial de incidência do reajuste. O presidente da Adufrgs vê o recuo do CNG nesse item específico como positivo, já que o bolo total que representa o custo do projeto será dividido por 11 meses ao invés de 12, proporcionando um percentual superior ao esperado. As novas tabelas salariais devem ficar prontas em um mês.

INTERNET

Notícias diárias, relatórios da categoria e a versão eletrônica do jornal Adverso estão em
www.adufrgs.org.br



FLEXIBILIZAÇÃO DA CLT

Direitos dos brasileiros se assemelham aos dos chineses

A aprovação da alteração no artigo 618 da CLT engrossará

o longo histórico dos prejuízos aos trabalhadores e gerará mais desemprego.

A informalidade, conhecida até então como algo à margem da legalidade, pode tornar-se a referência básica das novas negociações.

Jéferson Assumção

Foram 264 votos favoráveis, 213 contrários e duas abstenções. Com este placar, os deputados federais aprovaram a lei que altera o artigo 618 da CLT. Deram mais um passo rumo à flexibilização total dos direitos dos trabalhadores brasileiros (veja box com a votação dos deputados gaúchos). Agora, o projeto vai para o Senado Federal. Começa a negociação de cargos e recursos, recomposições e troca de favores, na tentativa do governo de obter o número de votos necessários para dar um fim, de uma vez por todas, a esses direitos. O governo federal diz que é necessário "modernizar" as relações de trabalho no país para produzir mais e gerar mais empregos. Não é o que apontam diversos economistas, nem o que mostra, por exemplo, o estudo "Impacto das Experiências Internacionais de Reforma Trabalhista e os Riscos da Flexibilização da CLT no Brasil", feito pela Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo.

O aprofundamento dessas medidas, em vias de ser aprovado pelos senadores, engrossará o histórico dos prejuízos das leis do trabalho no País e deverá jogar uma grande parte dos trabalhadores brasileiros na informalidade, que, "conhecida até então como algo à margem da legalidade, pode tornar-se a referência básica das novas negociações", segundo o estudo. A pesquisa conclui com um alarmante prognóstico: o constante rebaixamento dos salários tem levado o Brasil cada vez para mais perto do padrão de emprego do sudeste asiático, "onde condições e relações de trabalho não se distanciam ainda do século XIX."

Tudo isso tem um motivo. Dentro das regras do neoliberalismo, os baixos salários, especialmente em dólares, tornam-se uma forma de competição internacional. É esse o caminho pelo qual o Brasil optou nos últimos dez anos. O ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, afirma também que a reforma visa fortalecer os sindicatos, que passariam a lutar mais pelos

direitos dos trabalhadores. A verdade é outra: "ao depender fundamentalmente da negociação coletiva, num quadro de elevado desemprego e desigualdades regionais, o padrão de emprego resultante torna-se diferente da CLT."

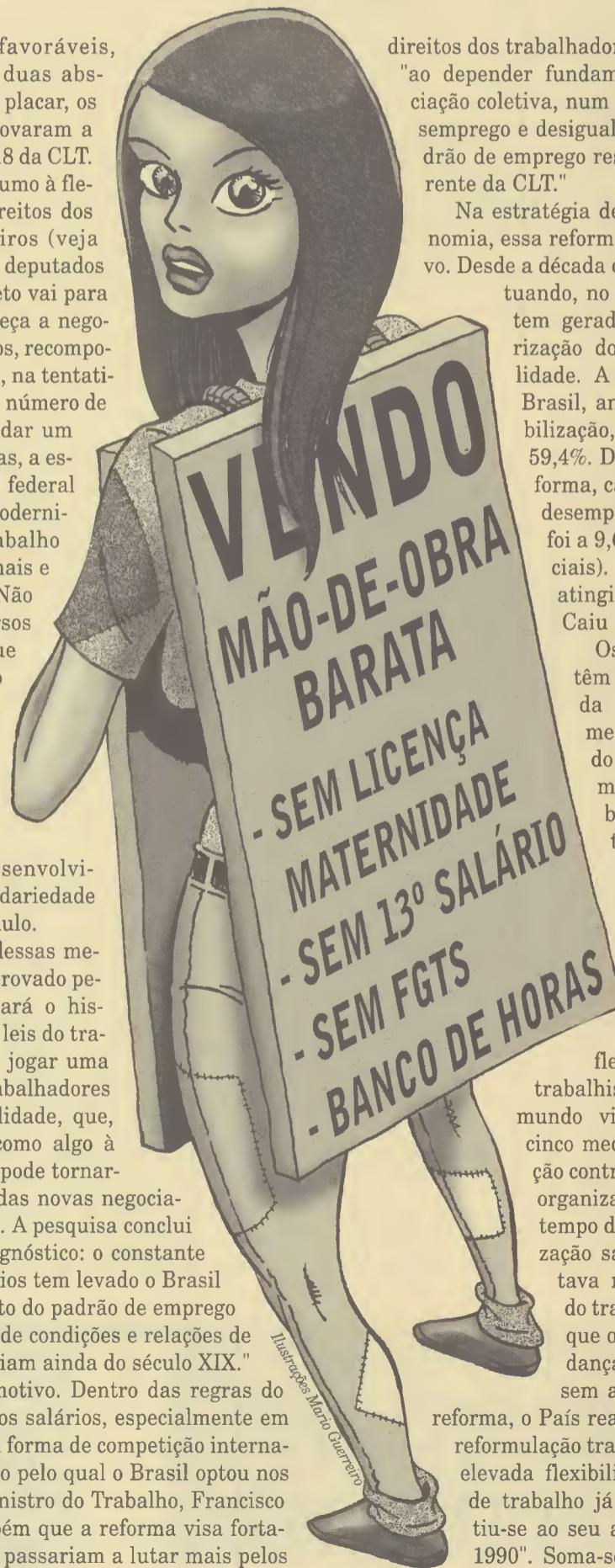
Na estratégia de liberalização da economia, essa reforma não tem nada de novo. Desde a década de 90, ela vem se acentuando, no Brasil e no mundo. E tem gerado desemprego, precarização do trabalho e informalidade. A taxa de emprego no Brasil, antes do início da flexibilização, em 1990, era de 59,4%. Depois de iniciada a reforma, caiu a 52,9%. A taxa de desemprego, que era de 3%, foi a 9,6% (segundo dados oficiais). A seguridade social atingiu 74% dos brasileiros. Caiu a 67%.

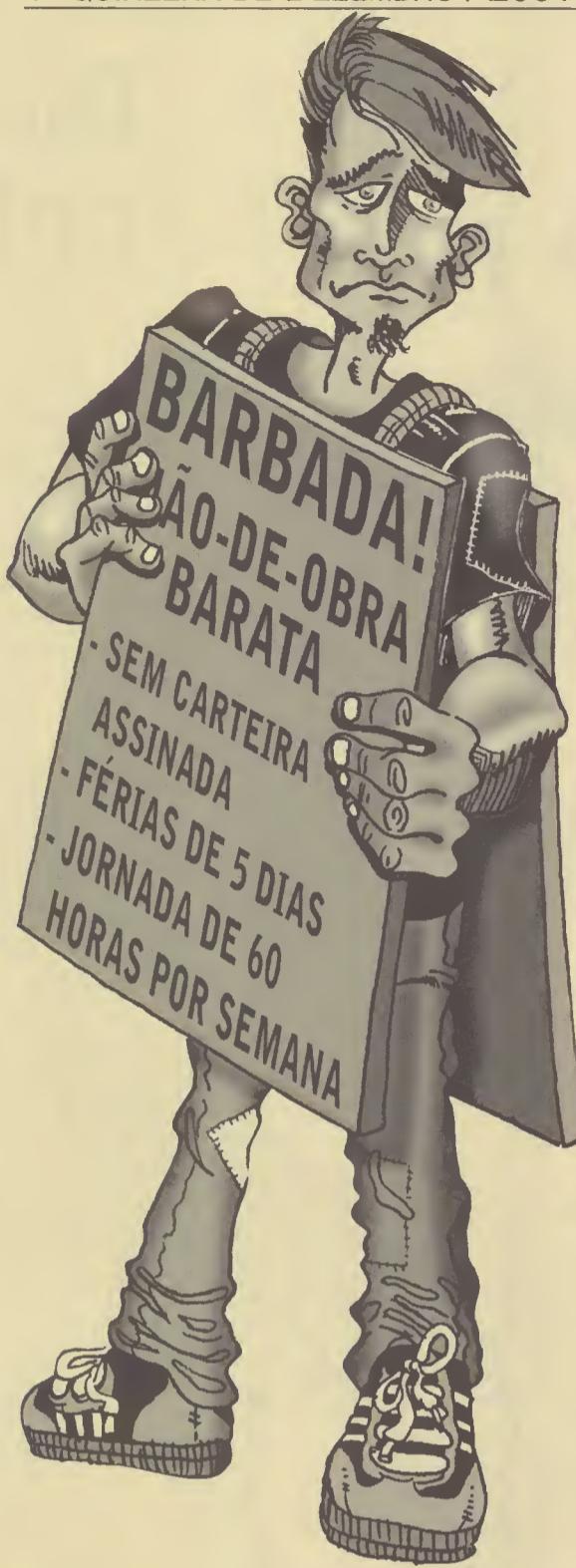
Os governos brasileiros têm insistido na realização da reforma trabalhista, mesmo chegando ao início do século XXI com um mercado de trabalho já bastante flexível. A situação só não é pior porque – antes da votação da CLT – o Brasil tinha colocado em prática apenas três das ações de um pacote de cinco grandes blocos de flexibilização das leis trabalhistas, implantado no mundo via neoliberalismo. As cinco medidas são a flexibilização contratual, da demissão, da organização do trabalho, do tempo de trabalho e a flexibilização salarial. No Brasil, faltava mexer na organização do trabalho e na demissão, o que ocorre agora com a mudança da CLT. "Em síntese, sem apresentar uma ampla reforma, o País realizou ao seu jeito uma reformulação trabalhista (...) Apesar da elevada flexibilidade que as relações de trabalho já apresentavam, assistiu-se ao seu aprofundamento desde 1990". Soma-se a isso, "o flagelo do

contexto econômico de baixa expansão da produção e liberação comercial". Isso tudo tem influência na própria organização dos trabalhadores, restringindo as ações conjuntas e fragilizando os sindicatos. É um círculo vicioso que só interessa aos empresários aliados do capital internacional.

Resultado da votação do PL N° 5.483/2001, que altera o artigo 618 da CLT (deputados do Rio Grande do Sul)

Deputado	Partido	Voto
Adão Pretto	PT	Não
Ailton Dipp	PDT	Não
Alceu Collares	PDT	Não
Ana Corso	PT	Não
Cesar Schirmer	PMDB	Não
Clovis Ilgenfritz	PT	Não
Darcísio Perondi	PMDB	Sim
Edir Oliveira	PTB	Não
Enio Bacci	PDT	Não
Esther Grossi	PT	Não
Ezidio Pinheiro	PSB	Não
Fetter Junior	PPB	Não
Fioravante	PT	Não
Germano Rigotto	PMDB	Não
Henrique Fontana	PT	Não
Júlio Redecker	PPB	Sim
Luis Carlos Heinze	PPB	Sim
Marcos Rolim	PT	Não
Mendes Ribeiro Filho	PMDB	Não
Nelson Marchezan	PSDB	Sim
Nelson Proença	PPS	Não
Orlando Desconsi	PT	Não
Osmar Terra	PMDB	Não
Osvaldo Biolchi	PMDB	Não
Paulo José Gouvêa	PL	Não
Paulo Paim	PT	Não
Pompeo de Mattos	PDT	Não
Telmo Kirst	PPB	Sim
Yeda Crusius	PSDB	Sim





América Latina vai no rastro da precarização

A opção argentina foi por colocar em prática o pacote completo de precarização (os cinco eixos), assim como o Peru. Não foi o que aconteceu com a Bolívia, Uruguai, El Salvador, e outros, mais cautelosos. O balanço no continente também foi negativo em termos de geração de postos de trabalho. "Assim como já observado em países desenvolvidos, não houve elevação do nível de emprego. Se a taxa de emprego não foi elevada, ocorreu, por consequência, a elevação da taxa de desemprego, bem como a redução, em geral, na cobertura da seguridade social no total de trabalhadores latino-americanos" (OIT, 2000).

As reformas trabalhistas, ainda segundo a OIT e a OCDE, resultaram na precarização do emprego e "maior desproteção social. E concluem: dessa forma, não há como afirmar que o rigor dos mecanismos institucionais de proteção do emprego possam comprometer a geração de emprego". Desde que iniciaram as reformas trabalhistas na América Latina, a taxa de desemprego na Argentina subiu de 7,5% para 14,3%. A seguridade social, que atingia 61,9% dos argentinos, caiu para 57,5%. O desemprego no Chile passou de 7,4% para 9,8%. Na Colômbia, de 10,5% para 19,4%, no Paraguai, de 6,6 para 9,4% e na Venezuela, de 11% para 14,9%. No total, o desemprego no continente passou de 5,7% para 8,8%.

No mundo todo, a partir dos anos 80, a busca por mudanças estruturais para alavancar o crescimento econômico acusava como o principal culpado da crise de desenvolvimento e escassez de emprego o sistema de relações do trabalho. Iniciou-se, então, uma majoritária defesa da flexibilidade das leis trabalhistas. Essas propostas foram levadas a cabo, imediata e integralmente, por países como a Espanha, Finlândia, Holanda e Portugal. De forma parcial (apenas alguns dos cinco blocos), em países como a Alemanha, Áustria, Estados Unidos, Bélgica, Canadá, Inglaterra, Itália e Japão, todos países pertencentes à Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O tiro saiu pela culatra. Um relatório da própria OCDE, de 1999 e da Organização Mundial do Trabalho (OIT), de 2000, dão conta de que "os resultados não apontaram para questões objetivas do ponto de vista do bem estar. Isto é, o nível de emprego, refletido pela rela-

ção do total da ocupação e do total da população, não cresceu". Da mesma forma, conforme os dois organismos internacionais, "apenas constatou-se o crescimento da precarização das condições do trabalho notada pela participação do emprego parcial no total da ocupação".

Basta observar o desempenho do mercado de trabalho nesses países para entender que a flexibilização gerou desemprego e precarização na maioria dos integrantes da OCDE (veja box). Durante a precarização, na Alemanha, a taxa de emprego passou de 64,1% para 64,9%, mas a de desemprego subiu de 4,8% para 8,7% depois da reforma. O emprego parcial (precarizado) subiu de 10,5% para 15%. A Bélgica também teve aumento na taxa de emprego, de 54,4% para 58,9%, mas a de desemprego passou de 6,7% para 9% da população. Na Suécia, pulou de 1,7% para 7,2%, na Finlândia, foi de 3,2% para 10,3%, na França, de 9% para 11,3%, quase o mesmo da Itália: 9% para 11,4%.

Desempenho do mercado de trabalho e reforma trabalhista nos países desenvolvidos

Países	Taxa de emprego*		Taxa de desemprego**		Emprego parcial***	
	Antes da reforma	Depois da reforma	Antes da reforma	Depois da reforma	Antes da reforma	Depois da reforma
Alemanha	64,1	64,9	4,8	8,7	10,5	15,0
Áustria	68,3	68,2	3,9	3,7	8,7	10,8
Bélgica	54,4	58,9	6,7	9,0	14,1	17,4
Canadá	70,3	70,1	8,1	7,6	15,7	17,8
Dinamarca	75,4	76,5	7,7	5,2	17,9	20,6
Espanha	51,1	53,8	16,3	15,9	4,2	7,9
EUA	72,2	73,9	5,6	4,2	14,4	13,6
Finlândia	74,1	66,0	3,2	10,3	7,0	8,5
França	59,9	59,8	9,0	11,3	12,5	15,5
Holanda	61,1	70,9	6,2	3,3	25,4	29,1
Inglaterra	72,4	71,7	7,1	6,1	21,4	23,1
Itália	53,9	52,5	9,0	11,4	8,5	12,4
Japão	68,6	68,9	2,1	4,7	16,5	23,2
Portugal	67,5	67,3	4,6	4,5	6,6	7,9
Suécia	83,1	72,9	1,7	7,2	18,5	15,7
Total	65,2	65,1	6,1	6,8	14,1	15,2

Fonte: OCDE, OIT e FMI, vários anos

* Relação entre o total da ocupação e o total da população, em %.

** Relação entre o total dos desempregados e o total da População Economicamente Ativa, em %.

*** Relação entre o total do emprego parcial e o total da ocupação, em %.

Desempenho do mercado de trabalho e reforma trabalhista em países latino-americanos

Países	Taxa de emprego*		Taxa de desemprego**		Seguridade Social***	
	Antes da reforma	Depois da reforma	Antes da reforma	Depois da reforma	Antes da reforma	Depois da reforma
Argentina	50,1	49,6	7,5	14,3	61,9	57,5
Bolívia	51,8	47,5	7,2	7,5	68,5	65,2
Brasil	59,4	52,9	3,0	9,6	74,0	67,0
Chile	62,1	62,4	7,4	9,8	79,9	77,4
Colômbia	54,3	51,0	10,5	19,4	62,9	67,1
Equador	44,4	41,4	6,1	15,1	55,1	46,6
El Salvador	50,6	46,5	10,0	8,0	58,9	56,7
Honduras	52,4	49,3	6,9	5,2	61,9	60,1
México	61,6	59,9	2,8	2,5	58,5	69,9
Nicarágua	51,2	49,1	7,6	15,7	49,8	46,7
Panamá	64,0	61,1	20,0	13,0	58,4	55,2
Paraguai	49,2	45,5	6,6	9,4	47,7	45,2
Peru	48,9	46,1	8,3	8,7	53,6	56,0
Uruguai	60,9	56,9	9,2	11,8	82,6	79,4
Venezuela	61,4	50,9	11,0	14,9	70,6	66,4
Total	57,2	53,6	5,7	8,8	66,6	65,9

Fonte: OIT, FMI, BID e CEPAL, vários anos

* Relação entre o total do emprego formal e o total da ocupação, em %.

** Relação entre o total dos desempregados e o total da População Economicamente Ativa, em %.

*** Relação entre o total de contribuintes da seguridade social e o total da ocupação, em %.

Flexibilizar direitos é dar um tiro no próprio pé

Basta ver o que aconteceu nos países que operaram pela flexibilização dos direitos trabalhistas, diminuindo a rede de proteção social aos empregados. Não geraram mais empregos, nem contabilizaram crescimento algum. No Brasil não será diferente. E por um motivo bem simples. Com menos dinheiro no bolso, o trabalhador entrará menos nas lojas. Essas comprarão menos das indústrias, que terão que diminuir o número de empregados. "É um tiro no próprio pé", como alerta o cientista social Antonio David Cattani, professor da Ufrgs. E não é só isso. Argumentos há de sobra para mostrar que alterar o artigo 618 da CLT (o projeto ainda vai para apreciação do Senado Federal), que relaciona os principais direitos dos trabalhadores, só beneficiará as empresas transnacionais em ação no Brasil. As nossas se darão mal, se não agora, pelo menos em médio e longo prazo, quando os brasileiros não tiverem mais de onde tirar dinheiro para gastar.

Pura e simplesmente haverá aumento de ameaças e diminuição de salários aos trabalhadores pior remunerados. Claro que os mais altos salários continuarão garantidos, acentuando a concentração de renda, já enorme no País. Então, trata-se apenas de uma forma de tirar mais dinheiro dos trabalhadores? Sim, e de dinheiro que não será revertido em investimento nas empresas e geração de emprego, mas investido em patrimônio próprio. "O que vai acontecer, na prática, é que os donos das empresas vão comprar mais umas Cherokees ou um apartamento a mais em Miami", afirma o professor.

Com relação ao argumento de que os encargos sociais no Brasil são muito altos, Cattani afirma que se trata de uma falácia promovida pelo governo federal, acompanhando empresários adeptos do "fundamentalismo neoliberal". A verdade, segundo Cattani, é que "o custo de salário no Brasil é um dos menores do mundo. Na média, menor até que o do Paraguai. Só alguns setores da China e de outros países asiáticos pagam menos que o Brasil a seus trabalhadores, mas num regime quase escravo", aponta. Cattani diz também que a alteração na CLT não tem como gerar nem melhores preços aos consumidores, pelo mesmo motivo que esses custos menores das empresas não serão repassados.

Ele aponta outra contradição desse argumento, que está na própria divisão da massa salarial das contas-salaríos (o montante de custos com todos os empregados) das empresas. Segundo Cattani, em quase todas as empresas, a soma dos salários dos empregados equivale, muitas vezes, ao de um único funcionário do alto escalão da empresa. "Existem executivos que chegam a ganhar 100 vezes o que os demais funcionários recebem. É muito fácil encontrar executivos com salários de R\$ 18 mil, enquanto a média dos trabalhado-

Uma velha história de precarização

A precarização dos direitos trabalhistas é uma prática tão comum quanto antiga no Brasil. É a isso que se deve também o diminuto poder aquisitivo dos nossos trabalhadores. Cattani afirma que, historicamente, os países norte-ocidentais sempre garantiram mais direitos a seus trabalhadores do que aqui. O estado-providência, kenesiano, promovia lá diversos benefícios indiretos aos operários, como forma de compensação pelos baixos salários (ainda assim, muito mais altos do que Brasil). Com a chegada do neoliberalismo, no começo da década de 90, nos governos Ronald Regan e Margaret Thatcher,

os países mais ricos passaram a destituir os trabalhadores desses seus direitos, "modernizando" a relação do Estado com o trabalho. Incrível é que eles importaram aquilo que já estava em prática no Brasil e em outros países. Tanto é verdade, que o cientista social alemão Ulrich Beck chega a chamar esse processo de precarização na Europa de "brasilização" dos mercados norte-ocidentais".

Um resultado da "brasilização" é mostrado em um gráfico publicado na revista francesa Alternatives Economiques, de 2001, que traz a divisão da ri-



queza produzida na França, com a parte revertida em salário e capital no PIB francês. Segundo o levantamento, em 1978, a parte que o salário ocupava na riqueza francesa era de quase 60%. Em 2000, caiu para 57%. Por seu lado, a participação do capital era de 25% em 1978. Chega em 2000 em 31%. E a curva continua ascendente. Um estudo da Prefeitura de São Paulo demonstra que, em 1990, a participação dos salários na renda nacional era de 45%. Em 1999, caiu para 36,7%.

Direito do trabalho é antídoto contra selvageria

Há um remédio para amenizar a destruição causada pelo capitalismo selvagem: direito do trabalho. Ele é um meio de a sociedade fazer uma melhor distribuição de renda. Flexibilizar suas leis, portanto, só ajuda a acirrar as disparidades entre os que têm pouco e os mais ricos. Além disso, por si só, as leis trabalhistas não são causa de desemprego. Os fatores reais são outros, na opinião do juiz do Trabalho, Francisco Rossal de Araújo, presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da Quarta Região (Amatra IV), de Porto Alegre. "Os principais fatores são a grande carga de impostos e a sonegação. Não é combatendo a rede de proteção social aos trabalhadores que se vai diminuir o desemprego. Estão combatendo o alvo errado", afirma o juiz. Ele acrescenta: "Nenhum país chega ao primeiro mundo sem a sua população ir junto. Sem ela ter saúde, educação e salário de primeiro mundo".



Francisco Rossal de Araújo

CLT é, em todo o contexto de flexibilização dos direitos, a peça principal. É uma caixa de Pandora, de onde sairá de tudo, para o bem e para o mal. Perder aqui, não tem volta", avalia.

Férias de cinco dias

A flexibilização das leis trabalhistas não criou empregos em lugar nenhum do mundo. Para ficar em apenas um exemplo latino-americano e outro europeu, Rossal destaca os casos da Espanha e da Argentina. O país platinio praticamente destruiu sua rede de proteção social, diminuiu dias de férias de 30 para cinco (somente depois de 20 anos de empresa se tem direito a 30 dias de férias), acabou com o 13º e outros direitos. "Fez tudo isso e o desemprego, que era de 17% subiu para mais de 20%", afirma Rossal de Araújo.

Em 1994, o governo da Espanha criou contratação temporária, contratação parcial e outras formas de flexibilização dos direitos. Em 1997 e 1999 teve que retomar as antigas proteções aos trabalhadores. Só assim, o desemprego, que aumentou durante aquele período, passou a diminuir. "E o interessante é que, para não ficarmos numa posição maniqueísta, na Espanha foi um governo de esquerda, de Felipe Gonzales, que flexibilizou os direitos. E o de direita os restabeleceu", lembra o juiz.

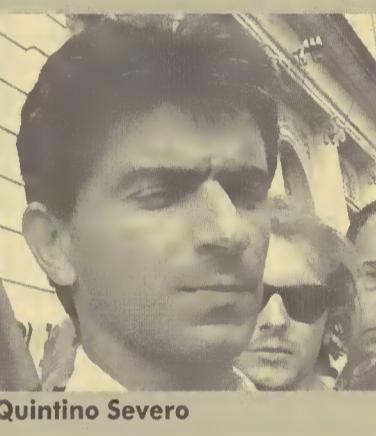
Pacote antigreve: uma ameaça à democracia

No momento, as vítimas dessas políticas de flexibilização são os servidores públicos federais. O pacote antigreve – lançado dia 12 de novembro – permite, inclusive, demissões coletivas. É composto de decretos e uma MP que deixa livre a contratação temporária e a instauração de processo administrativo coletivo, para agilizar a demissão de funcionários. O governo garante que o objetivo é nobre: tornar possíveis contratações temporárias para normalizar serviços públicos quando a greve for superior a dez dias. Poderá ser contratado o mesmo número de funcionários parados, com contratos de duração de três meses, prorrogáveis por mais três, com remuneração semelhante à dos grevistas.

Além disso, há um projeto de lei que altera um artigo do Regime Jurídico

Único (RJU). Ele passa a não ter mais processo administrativo individual, para demissão após 60 faltas intercaladas em um ano. Cai pela metade: depois de 30 faltas é possível abrir um processo coletivo em rito sumário. É outra grave flexibilização dos direitos dos trabalhadores. Essas medidas valerão para todos os servidores públicos, federais, estaduais e municipais e permitirão considerar abusiva uma greve que durar mais de 30 dias. Para que as greves sejam "legais", serão exigidos dois terços dos servidores nas assembleias dando o sim à paralisação. Além disso, os sindicatos deverão comunicar previamente suas reivindicações e aguardar resposta da administração pública em 30 dias. Somente se não houver resposta do governo, o sindicato pode iniciar a greve.

"FHC ataca direitos desde 1995"



Quintino Severo

O presidente da CUT Rio Grande do Sul, Quintino Severo, é contundente: desde que Fernando Henrique Cardoso assumiu, em 1995, ele está "decidido a destruir a organização dos trabalhadores, para adequar o País às regras do neoliberalismo, ditadas pelo FMI e Banco Mundial". Quintino lembra o ataque aos petroleiros, já em seu início de mandato, como uma demonstração das intenções políticas do atual governo em relação aos trabalhadores. "De lá para cá, vieram a aprovação do contrato temporário, o banco de horas etc", fala.

Na avaliação de Severo, isso se trata de um grande retrocesso nos avanços obtidos pelos trabalhadores nos últimos anos. Desde o início dos movimentos sociais no Brasil, foram muitas vitórias, que culminaram na Constituição de 88, em que os trabalhadores conseguiram algumas importantes garantias. "A proposta de alteração do artigo 618 da CLT coloca a possibilidade concreta de os trabalhadores retrocederem. Agora, podemos voltar à escravidão. É muito desproporcional. Enquanto os patrões podem admitir e demitir quantos trabalhadores quiserem, nós temos que negociar até os direitos básicos", reclama.

A saída é a união. Os trabalhadores devem se organizar o quanto antes para não correrem mais riscos. Essa é a opinião de Severo. Para isso, os trabalhadores terão que tentar uma unificação das categorias, reorganizando o movimento em nível nacional. É preciso fortalecer para negociar com mais chances de vitórias. E isso só acontecerá quando os trabalhadores tiverem uma participação mais qualificada na luta por seus direitos. "Hoje, o movimento está muito fracionado. É preciso construir outros instrumentos para não correr novos riscos no futuro", fala. Uma das alternativas apontadas por Quintino é a tentativa de estabelecer contratos coletivos nacionais, a exemplo do que ocorre com os bancários, uma das categorias mais organizadas no País. "A unificação é um desafio para o movimento sindical hoje, para lutarmos por direitos e benefícios mais coletivos, até mesmo para proteger as categorias menores, que são sempre as mais prejudicadas quando lutam sozinhas", fala.

Mudança pode "levar o País ao caos"

Se não é o problema da minguada massa salarial e das minúsculas garantias sociais do trabalhador brasileiro, será, então, a legislação a responsável maior pelo desemprego no Brasil? O juiz Manoel Lopes Veloso Sobrinho, presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 16ª Região (Amatra XVI), de São Luiz (MA), responde: "Os mais ansiosos em apontar culpados devem pelo menos lembrar um fato: segundo o levantamento da Consultoria de Orçamento da Câmara, em 2001, o governo federal destinou menos de R\$ 2 bilhões do orçamento para investimentos. Para o pagamento de serviços da dívida foram gastos quase R\$ 35 bilhões. No ano que passou, o governo gastou R\$ 38,83 bilhões com serviços da dívida contra R\$ 10,09 bilhões em investimentos indispensáveis para a população e a economia do País. O governo deve buscar sim uma estabilidade da economia nacional, controle do déficit público, reforma tributária, aumenta da produtividade interna e da competitividade, enfim aplicar melhor a verba pública. Teremos, então, uma luz no final do túnel, e com certeza menos desempregados."

Por isso tudo, ele também considera uma falácia a afirmação de empresários e do governo federal de que o desemprego crescente no Brasil deve principalmente da rigidez das normas trabalhistas em vigor. Se o empregador deixou de

contratar – na verdade, passou a desempregar mais – isso se deve a essas causas apontadas por Veloso Sobrinho, e não por medo dos encargos, das indenizações decorrentes das rescisões ou da demora nas decisões judiciais quando posta a questão perante a Justiça do Trabalho.

Veloso Sobrinho também alerta para o perigo do "milagroso antídoto" apontado para este problema: "a flexibilização, a desregulamentação: o processo de 'amolecimento' ou mesmo de exclusão de lei(s) que regulam as relações contratuais entre empregado e empregador". A maior dessas ameaças é o projeto de lei do governo federal, que visa alterar o artigo 618 da CLT. Aprovado, ele passaria a vigorar com a seguinte redação: "As condições de trabalho ajustadas mediante convenção ou acordo coletivo prevalecem sobre o disposto em lei, desde que não contrariem a Constituição Federal e as normas de segurança e de saúde no trabalho". Em outras palavras, "busca-se dar prevalência ao 'negociado sobre o legislado'". O próprio presidente do TST, ministro Almir Pazzianotto, já salientou: "As partes conhecem melhor e mais de perto as realidades que administram. (...) Sabem, melhor que ninguém, o que lhes interessa. Não havendo afronta direta à lei, a direitos de que o trabalhador não pode abrir mão, nos sentimos obrigados a valorizar a negociação." O juiz não vê a questão com tanta simplicidade: não dá para liberar as partes para a "plena"

EDUCAÇÃO

Um novo tipo de ensino, desprovido de senso crítico, forma indivíduos inconstantes e indecisos, receptivos a quaisquer pressões de consumo. Os professores dessa escola deverão ser reeducados sob o comando de especialistas em pedagogia

Rumo ao “capitalismo total”?

LE MONDE
diplomatique

CAD
VERSO



Dany-Robert Dufour*

O neoliberalismo não visa apenas à destruição das instâncias coletivas construídas ao longo do tempo (família, sindicatos, partidos e, de uma maneira mais geral, a cultura), mas também à da forma indivíduo-sujeito surgida durante o período moderno¹. A fábrica do novo sujeito “pós-moderno”, não-crítico e “psicotizante”, resulta de um projeto perigosamente eficiente, no centro do qual se encontram duas importantes instituições que se dedicam devotadamente à sua execução: a televisão e uma nova escola, sensivelmente alterada por 30 anos das chamadas reformas “democráticas” – que sempre operaram no sentido de enfraquecer a função crítica.

O embrutecimento das crianças pela televisão começa muito cedo. Quando chegam à escola, já vêm empanhuradas da telinha desde a mais tenra idade. O fato de se verem diante de um televisor antes de falarem é novo, do ponto de vista antropológico. O consumo de imagens chega a cinco horas por dia, nos Estados Unidos.

O colapso do universo simbólico

A inundação do espaço familiar por essa torneira permanentemente aberta, de onde escorre um fluxo ininterrupto de imagens, tem efeitos consideráveis na formação do futuro sujeito. É comum questionar-se o conteúdo mesmo das imagens, denunciando, por exemplo, a sua violência, sem se ter consciência de que o próprio veículo pode ser perigoso, transmitir ele o que transmitir. Aliás, entre os contos infantis contados pelas vovós de antigamente havia inúmeros ogros devoradores de criancinhas que nada deixam a desejar às imagens atualmente transmitidas. Mas não se pode deixar de levar em consideração a diferença entre o universo nitidamente imaginário do ogro do conto – obrigando a criança a pensá-lo como outro mundo (o da ficção) – e o universo muito realista dos seriados com violência, estupro e assassinato, sem se distanciar do mundo real. É claro que a televisão, pelo lugar preponderante ocupado por uma publicidade onipresente e agressiva, constitui uma autêntica submissão precoce ao consumo. Mas, voltando à mesma tecla: a questão não está somente no conteúdo das imagens, mas também na própria forma.

Em primeiro lugar, com a televisão, é a família – enquanto meio de transmissão entre gerações e cultural – que é reduzida a sua mínima expressão. O termo “filhos da televisão”, tomado ao pé da letra, revela que a televisão efetivamente seqüestrou a função educativa dos pais junto aos filhos. Essa redução de tempo para a transmissão entre gerações produz efeitos bastante nítidos, podendo chegar ao colapso do universo simbólico e psíquico.

O acesso à função simbólica

O universo simbólico refere-se à capacidade essencial que distingue o homem dos animais: a de falar, identificando-se a si próprio como sujeito falante e dirigindo-se a seus semelhantes a partir dessa referência, enviando-lhes sinais que supostamente representam alguma coisa. Para ter acesso à função simbólica, basta fazer seu, integrando-o, um sistema onde o “eu” (presente) fala a “você” (co-presente) sobre “ele” (o ausente, ou seja, alguém ou alguma coisa que se trata de re-presentar). Essas referências simbólicas fundamentais

permitem as distinções básicas entre o eu e o outro, o aqui e o ali, o antes e o depois, a presença e a ausência.

Ao garantir o acesso à função simbólica e a uma certa integridade psíquica, esse sistema transmite-se essencialmente por intermédio do discurso: os pais falando à criança. Falar significa transmitir relatos, crenças, nomes próprios, genealogias, ritos, obrigações, saberes, relações sociais... mas, antes de tudo, a própria palavra. Significa transmitir de uma geração à outra a aptidão humana de falar, de forma a que a pessoa a quem se fala possa, por sua vez, identificar-se no tempo (agora), no espaço (aqui), como si (eu) e, a partir dessas referências, convocar em seu discurso o resto do mundo. O discurso oral frente-a-frente institui a faculdade de falar em registro duplo: o discurso é sonoro ou gestual e transporta imagens mentais – quando o outro me fala, vejo o que ele quer dizer. É essa transmissão entre gerações do discurso que a televisão pode ameaçar.

Confundindo o universo simbólico

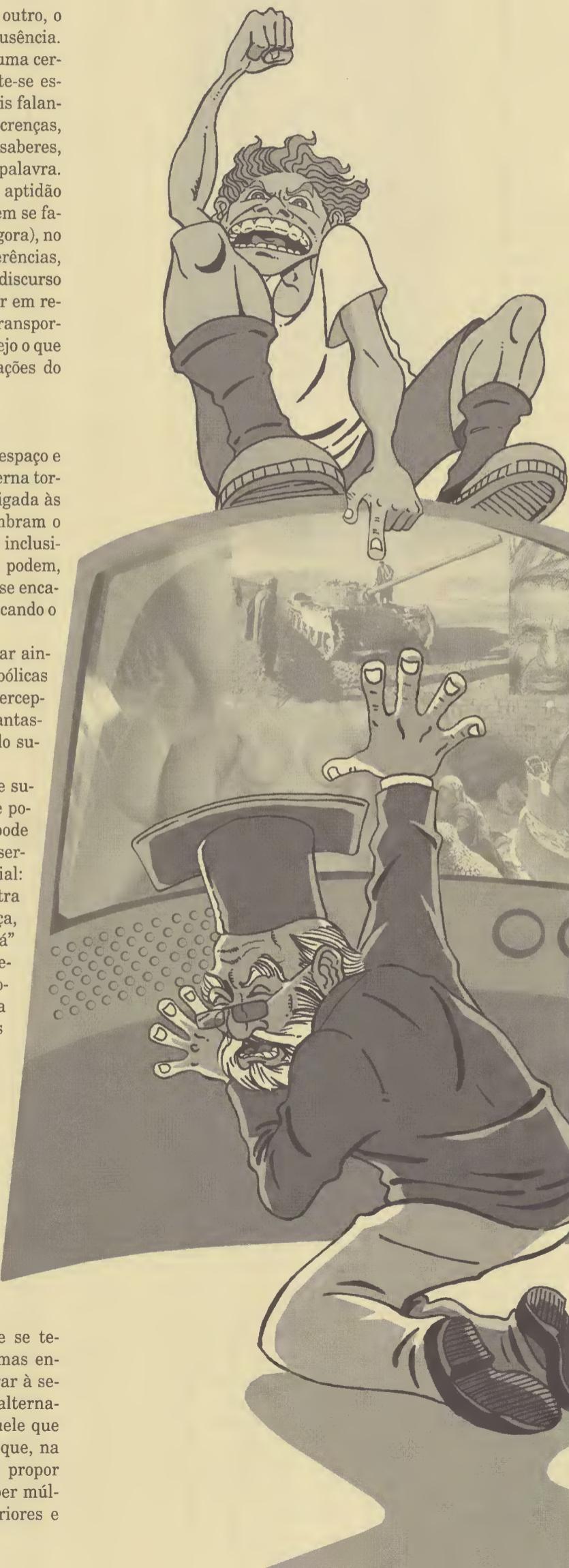
Caso as referências simbólicas de tempo, de espaço e de pessoa não estejam bem fixas, a imagem externa torna-se uma espécie de conexão mais ou menos ligada às imagens internas – ou fantasmas – que assombram o aparelho psíquico e cuja chave é desconhecida, inclusive, de quem a tem em seu poder. As imagens podem, portanto, agredir quem as vê, sem se fixar nem se encadear, num processo cumulativo controlável, colocando o sujeito sob sua dependência.

Nesse caso, o uso da televisão ameaça afastar ainda mais o sujeito do controle das categorias simbólicas de espaço, tempo e pessoa. Ela mistura sua percepção, aumenta a confusão simbólica e fúrias fantasmagóricas. É, então, a capacidade discursiva do sujeito que é questionada.

Não somente o uso da televisão é incapaz de surprender as insuficiências na simbolização, o que se poderia ingenuamente ser levado a crer, como pode confundir ainda mais os acessos a ela². Esta observação é válida para qualquer prótese sensorial: não apenas para a tele-visão, mas qualquer outra forma de tele-mática que envolva a tele-presença, ou seja, tudo o que transporta um “aqui” para “lá” e um “lá” para “aqui”: vídeo games, telefones celulares – que as pessoas passaram a usar 24 horas por dia –, Internet... Percebem-se, por toda parte, os riscos de decuplicar as competências de umas pessoas e de aumentar a confusão de outras. Alguns sujeitos chegam a tornar-se seres quase emancipados das obrigações espaço-temporais, enquanto outros perdem a noção de viver em qualquer espaço-tempo.

O ensino, uma “tendência arcaica”

São basicamente os “filhos da televisão” que se encontram hoje na escola. É fácil, portanto, compreender a razão pela qual inúmeros professores são levados à amarga constatação de que as crianças que ali estão “já não são alunos”, “já não ouvem”. E, provavelmente, já não falam. Não porque se tênhem tornado mudos, muito pelo contrário: mas enfrentam uma enorme dificuldade em se integrar à sequência do discurso que distribui, de forma alternada, cada um a seu lugar: aquele que fala, aquele que escuta. Não conseguem penetrar no discurso que, na escola, permite a uma pessoa (o professor) propor questões baseadas na razão (ou seja, num saber múltiplo, acumulado ao longo das gerações anteriores e



permanentemente reatualizado), e à outra pessoa (o aluno) discuti-las da forma que lhe aprovou.

É evidente que um bom número de professores não poupa esforços e se desgasta, às vezes de maneira excessiva³, para tentar fazer com que os jovens entrem em sua posição de aluno, de forma a que, também eles, possam desempenhar seu ofício de professor. E eis aí a novidade: como os alunos foram impedidos de se tornarem alunos, os professores são, cada vez mais, impedidos de exercer a sua profissão. Após 30 anos das chamadas reformas "democráticas", dirigentes políticos e especialistas em pedagogia não se cansam de lhes dizer que deveriam desistir de sua pretensão arcaica de ensinar. Claude Allègre, por exemplo, ex-ministro da Educação, advertia os professores, dizendo-lhes que deveriam desistir de sua "tendência arcaica" e dar-lhe ouvidos: "Basta ouvirem o que eu digo. Eu sei do que falo." E, no lugar do termo "aluno", introduzia uma nova categoria, "os jovens", dos quais dizia: "O que os jovens querem é inter-reagir."

A violência na escola

Em nome da democracia na escola, ratifica-se, dessa forma, o fato de que já não existem alunos. Para que serviriam, então, os professores? Nos discursos dos dirigentes e dos especialistas em pedagogia, o modelo educacional que prevalece, em oposição a esse suposto "arcaísmo", acaba sendo o do *talk show* televisivo, em que cada participante pode, "democraticamente", opinar. Tudo se torna, portanto, uma coisa intersubjetiva. Acaba-se o esforço crítico necessário à reversão do próprio ponto de vista, para ter acesso a outras questões, um pouco menos estreitas, menos falaciosas e melhor construídas. O que se tornou intolerável é o fato de que o professor é que conduz, que empurra constantemente os alunos na direção da função crítica. É ele que deve ser abatido, pois ele não respeita a opinião do "jovem". Vários especialistas em pedagogia "explicam" a violência na escola de seguinte forma: os "jovens" estariam reagindo à autoridade indevida dos professores.

Se são obrigados a recorrer à violência e submetidos a uma relação de força, isso é porque não lhes foi possível qualquer outra alternativa: foram produzidos para escapar à relação de sentido e a paciente elaboração discursiva e crítica. Nesse sentido, não é difícil prever – inversamente ao processo pedagógico que acusa o professor de violência – que quanto menos participarem da relação professor-aluno, mais os alunos estarão sujeitos à violência.

Fabricando imbecis e trapaceiros?

Com o abandono da relação de sentido e a eclosão da relação de força, o que acaba prevalecendo é, nada mais, nada menos que a "escola do capitalismo total", segundo Jean-Claude Michéa. Ou seja: uma escola que, desprovida de senso crítico, forme indivíduos inconstantes e indecisos, receptivos a quaisquer pressões de consumo. Nessa escola de massa "a ignorância será ensinada de todas as maneiras concebíveis". Os professores deverão, pois, ser reeducados sob o comando dos especialistas em pedagogia, que lhes mostrarão a desnecessidade de ensinar para passar a confiar exclusivamente nos sentimentos do momento e em sua vitoriosa gestão. Trata-se, portanto, de impor as condições, segundo Michéa, de uma "dissolução da lógica": deixar de distinguir o importante do secundário, aceitar de forma impassível uma coisa e o seu oposto...

Na própria universidade, por exemplo, há uma corrente pedagógica que se insurge, recusando-se a pedir aos "jovens" que pensem. Seria o caso de distraí-los, divertir-los, deixá-los à vontade, brincando "democraticamente" com seus controles remotos segundo a

vontade de suas interações, fazê-los contarem suas vidas, mostrar-lhes que os conhecimentos da lógica não passam de abusos de poder. Trata-se, principalmente, de demonstrar que não há o que pensar, que não há objeto de reflexão: tudo se resumiria à afirmação de si e a uma gestão relacional da afirmação de si que conviria saber defender, como sabe fazer qualquer consumidor que se preze. Será que se trataria de fabricar imbecis trapaceiros, adaptados ao consumo?

A exceção das elites

É provável que os pedagogos não queiram isso: só querem adaptar-se ao estado em que encontram os "jovens" na escola. Ao fazê-lo, em nome da compaixão, contribuem para agravar a situação e para destruir ainda mais a escola. Esse uso dos serviços dos pedagogos fornece mais um exemplo da forma pela qual o neoliberalismo soube aproveitar-se, em seu favor, dos esquemas libertários da década de 60.

As instituições de ensino, inclusive a universidade, passam, portanto, a receber populações hesitantes, cuja relação com o saber se tornou uma preocupação bastante acessória. Um novo tipo de instituição, fluida – cuja pós-modernidade detém o segredo, a meio-caminho entre casa da juventude e da cultura, entre hospital e abrigo social, semelhante a esses parques de interesse escolar – está em vias de surgir. Não exclui certas zonas residuais de produção e reprodução do saber, onde novas tecnologias são chamadas para os papéis principais ("As tarefas repetitivas do professor serão todas gravadas e arquivadas", prometia alegremente o ex-ministro na entrevista já citada). No meio tempo, a formação e reprodução das elites (outra função primordial da "escola do capitalismo total") serão, cada vez mais, exclusivamente garantidas pelas "Grandes Escolas" e similares, ou, de preferência, pelas melhores escolas e universidades privadas norte-americanas (com despesas de escolaridade que chegam a 30 mil dólares por ano). Essas instituições, que continuam funcionando segundo um rigoroso modelo crítico, não são de forma alguma objeto do questionamento dos pedagogos, o qual se destina às massas.

A fábrica de indivíduos desprovidos da função crítica e passíveis de uma identidade inconstante e hesitante não é, portanto, obra do acaso: ela é perfeitamente assumida pela televisão e pelas escolas atuais. O sonho do capitalismo não é apenas o de levar o território da mercadoria aos confins do mundo (o que já ocorre, sob o nome de globalização) – transformando tudo em objeto de comércio (direitos sobre a água, o genoma, as espécies vivas, a compra e venda de crianças, de órgãos...) – mas também o de trazer os velhos assuntos privados, que até agora eram da alçada individual (subjetivação, sexuação...) para o âmbito da mercadoria. Desse ponto de vista, vivemos hoje um momento crucial, pois se a forma sujeito for atingida, já não serão somente as instituições que temos em comum que estarão ameaçadas, mas também, e principalmente, o que nós somos. E então, nada mais conseguirá conter um capitalismo total em que tudo, sem exceção, fará parte do universo mercantil: a natureza, os seres vivos e o imaginário.

Tradução Jô Amado

* Filósofo, professor na Universidade de Paris-VIII, e autor, entre outros livros, de *Folie et démocratie*, ed. Gallimard, Paris, 1998.

1. Ler, de Dany-Robert Dufour, "As angústias do indivíduo-sujeito", *Le Monde diplomatique*, fevereiro de 2001. A modernidade, segundo o grande historiador Fernand Braudel, nasce "em algum lugar, entre 1400 e 1800": é, portanto, contemporânea do capitalismo.

2. Um filme de 1993, *Benny's video*, de Michael Haneke, dá uma idéia, bastante eloquente e assustadora, do que poderia ser essa confusão. Trata-se de um adolescente que mantém com seus pais relações estritamente funcionais e que se relaciona com o mundo exclusivamente por meio das telas de vídeo. Quando uma pequena parte desse mundo surge diante de si (uma garota), ele reage de uma forma completamente escabrosa (um crime, no caso).

3. Exemplo disso são os inúmeros casos de "depressão pelo ensino", que o ex-ministro Claude Allègre dizia tratarem-se de um abuso de licenças médicas.

CURTAS

O Nordeste é o nosso Afeganistão

Em entrevista ao jornal Correio da Cidadania, o sociólogo e professor da USP Francisco de Oliveira compara o Nordeste brasileiro ao Afeganistão. Entre outros aspectos, ele destaca a seca como fenômeno estrutural, muito antiga e resultado da formação geológica do Nordeste. Diz o professor: "A seca detona uma situação que é causada não por ela, mas pela infame estrutura agrária que é clássica no Brasil: a concentração de terra. As melhores terras nas mãos dos grandes proprietários e as piores terras nas mãos dos pequenos proprietários. Isso não se modificou fundamentalmente". Segundo ele, houve muita mudança no setor de irrigação nos últimos 50 anos, mas isso não resolveu completamente a questão da estrutura da propriedade no Nordeste. "Pelo contrário, até agravou-a, porque a irrigação, que foi pensada para a criação de pequenas propriedades, nos locais onde obteve êxito – nas margens do rio São Francisco, na nova agricultura, sobretudo de frutas –, houve uma enorme concentração da propriedade". A irrigação não serviu, assim, para disseminar a pequena propriedade. A maior parte dos mini-fundistas no Nordeste continua a dedicar-se às culturas mais fracas, menos rentáveis economicamente. "Com isso, quando a seca se abate, ela detona o quadro que já é clássico e propagandeados desde o século XIX. Com o crescimento da população, os menos favorecidos, de alguma maneira, foram sendo empurrados para os sertões e a fragilidade da economia ressaltou mais. Nos últimos tempos, não se fez muita coisa para mudar essa situação."

Desrespeito aos professores

Uma frase foi a cereja do coquetel de ações que o governo de Fernando Henrique Cardoso vem praticando desde que assumiu. A intenção? Desvalorizar a atividade docente, colocando a sociedade brasileira contra a categoria. Foi durante a entrega do prêmio nacional da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Ministério da Ciência e Tecnologia, dia 27 de novembro, em Brasília. FHC disse com todas as letras: "Se a pessoa não consegue produzir, coitado, var ser professor. Então, era aquela angústia, saber se ele vai ter um nome na praça ou se ele vai dar aula a vida inteira e repetir o que os outros fazem". Ele referia-se à sua própria experiência como professor em Princeton (EUA), o que, segundo suas declarações, o frustrava. Poucas declarações de FHC, no entanto, deixaram tão claro o preconceito e sua origem.

Durante o período da greve nas universidades federais, FHC e seu ministro Paulo Renato de Souza fizeram uma série de declarações desrespeitosas como essa. A maioria queria dar a entender que os professores não tinham do que se queixar quanto a salários, afinal, ganhavam muito mais do que outros trabalhadores. Nivelaram por baixo (na mesma lógica que em que se opera a flexibilização das leis trabalhistas), comparando os salários dos professores com os de outros profissionais. Só não disseram que isso só ocorre porque o que se paga à imensa maioria dos trabalhadores no País é realmente muito pouco. Tomaram medidas truculentas, que deixaram ainda mais clara a intenção de atacar todos os defensores da universidade pública, a começar pelos professores. Um dos exemplos mais explícitos é o pacote antigreve, cujo objetivo principal é desmobilizar os servidores públicos e engessar suas atividades de reivindicação.

Mario Guerreiro

OMC

Uma nova rodada de neoliberalismo

Amuito custo, a Organização Mundial do Comércio (OMC) conseguiu superar o trauma de Seattle, 1999, e promover uma nova rodada de liberação da economia mundial. Para tanto, teve que se esconder no deserto, em Doha, capital do Qatar, para promover mais uma de suas reuniões ministeriais, que acabou dia 14 de novembro, 24 horas depois do horário previsto. Longe das palavras de ordem dos ativistas do movimento internacional contra o neoliberalismo, mesmo assim empresários e ministros de 143 países do mundo que compõem a OMC tiveram dificuldades para estabelecer a nova rodada. Foi só no finalzinho da reunião que chegaram ao consenso, depois de uma ação, adivinhe de quem?, para convencer os países pobres a mais uma injeção de neoliberalismo no mundo. Os brasileiros tiveram certo protagonismo. Furaram o bloqueio dos irmãos pobres, convencendo-os a dar mais um cheque em branco ao capitalismo neoliberal. O jornalista Antonio Martins, da Ciranda International da Informação Independente, e integrante do comitê internacional do Fórum Social Mundial, explica: "Foi como um gol ilegal do time inimigo, na prorrogação de uma partida em que o árbitro, os donos do estádio, os patrocinadores e os policiais agiram o tempo inteiro contra nós, mas na qual resistimos até o penúltimo momento. A pauta dos trabalhos segue claramente a radicalização de um tipo de globalização que concentra de modo cada vez mais dramático o poder, a riqueza, o acesso ao conhecimento".

O triunfo do Império, contudo, não é definitivo, na avaliação do jornalista, que já vê reações de organizações que se contrapõem à globalização econômica. Um desses momentos será o Fórum Social Mundial, de 31 de janeiro a 5 de fevereiro em Porto Alegre. Mas não é apenas o trabalho dos ativistas. Nem tudo saiu como a OMC queria, de sua reunião. Concessões feitas pelos países poderosos para garantir o desfecho favorável em Doha podem criar embaraços em diversos países. "Se as forças que lutam por um mundo novo forem capazes de se coordenar melhor, os próximos embates podem ter outro desfecho", analisa Martins. Para ele, a reunião em Qatar tem uma outra face, que não apareceu nos jornais. Trata-se, na verdade, de uma reação das elites mundiais ao ascenso do movimento contra a globalização capitalista. Desde Seattle, que cresce a conscientização da sociedade civil por uma outra globalização e cai o prestígio da OMC, FMI, Banco Mundial e governo dos Estados Unidos e seus aliados. Até por isso, boa parte da mídia, na avaliação de Martins, procurou apresentar a resolução final do encontro como uma vitória dos países pobres, e mesmo como uma autocritica prática das posições anteriores da OMC. Esse componente, embora existente e representativo da força das reações ao neoliberalismo, não chega a ter essa importância toda. Antes, serve para limpar a barra da OMC e de suas constantes baixas. "Em países como o Brasil, esta manobra chegou ao grotesco. Jornalistas presentes a Doha deram-se ao trabalho de inverter o sentido do

Escondidos no deserto, protegidos por armas de grosso calibre, ministros de 143 países do mundo decidiram por mais uma rodada de liberalização da economia mundial. Mesmo difícil, no final os povos pobres se renderam, decidindo apoiar as medidas de abertura ainda maior de seus mercados. Quem ajudou a furar o bloqueio dos países do Sul? Um gigante entre eles: o Brasil



Mario Guerreiro

aprovado. Transformaram a vitória parcial dos países do Sul na luta contra as patentes farmacêuticas de medicamentos (um fato verdadeiro mas secundário, como se verá) na 'grande decisão' da OMC. Agiram movidos ou por ignorância incomum, ou pelo desejo bem menos raro de agradar o Palácio do Planalto e uma determinada candidatura presidencial", afirma.

Para atestar a falsidade destas análises, Martins convida para que se examine a declaração final aprovada pelos integrantes da OMC (a íntegra está no sítio www.portoalegre2002.net). Os 52 parágrafos estão re-

pletos de elogios à abertura comercial que marcou o neoliberalismo e à própria OMC, que teriam "contribuído de modo significativo para o crescimento econômico, o desenvolvimento e o emprego nos últimos 15 anos" ... As resoluções essenciais aprovadas estão em sintonia com este pensamento. "Elas atendem às reivindicações feitas pelos grandes lobbies das transnacionais interessadas em 'liberalizar' o comércio a qualquer custo". Acompanhe, a seguir, a agenda da nova rodada de liberalização econômica pela qual o mundo passará nos próximos meses.

A agenda da liberalização

1. Será iniciada até 31 de janeiro de 2002 uma bateria de negociações visando abrir, em todos os países-membros da OMC, o setor de serviços à concorrência internacional. Este passo era exigido pelos grandes conglomerados globais interessados em privatizar e/ou desnacionalizar atividades como Ensino, Saúde, Previdência, Água, Saneamento, Energia, Instituições Financeiras, Seguros, Turismo, Construção Civil, Advocacia, ainda regulamentados por leis nacionais que protegem as empresas e os profissionais de seus países.

2. A partir de 31 de março de 2003, começará uma "abertura" dos mercados agrícolas concebida em benefício das multinacionais do agronegócio e da biotecnologia – e não dos camponeses dos países pobres. Se tiver êxito, ela atingirá os direitos sociais conquistados pelos agricultores dos países ricos e abrirá mercados para os alimentos produzidos em massa (sem respeito ao ambiente e às culturas regionais; quase sem empregar mão-de-obra ou recorrendo ao trabalho precário) em enormes propriedades. Foram rejeitados os princípios da multifuncionalidade da terra e da soberania alimentar, defendidos por organizações como o MST no Brasil, a Confederação Camponesa na França, e a Via Campesina.

3. Em relação ao desenvolvimento industrial, a reunião

derrotou uma reivindicação da Índia e de seis países africanos, que pediam uma espécie de auditoria sobre os resultados da abertura comercial promovida através da redução das alíquotas de importação. As sete nações pretendiam demonstrar que tal movimento está obrigando o Sul a desmantelar sua produção ou a se concentrar em itens cada vez menos elaborados, já que não há como concorrer com bens sofisticados fabricados nos países ricos em condições muito mais vantajosas.

4. A OMC poderá iniciar tratativas visando a aprovação de um acordo de proteção aos investidores. A decisão ressuscita o fantasma do antigo Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), que procurava subordinar as decisões das sociedades e dos Estados aos interesses das grandes corporações. Derrotado em 1998, ele estabelecia, por exemplo, que as empresas poderiam exigir indenizações dos Estados, sempre que leis ampliando os direitos sociais, a defesa do consumidor ou a proteção do meio-ambiente pudessem reduzir as margens de lucro.

5. Nenhuma medida foi tomada para rever os mecanismos criados pela OMC para resolução de divergências entre países-membros. As decisões são consideradas antidemocráticas, não-transparentes (a maior parte dos julgamentos é secreta) e sempre enviezadas em favor do Norte.



Sandra Mara Corazza – Professora do DEC/PPGEDU da Faculdade de Educação da Ufrgs

Assembléia Geral da Adufrgs. Auditório da Faculdade de Economia, 14 horas. Porto Alegre, 22 novembro de 2001.

Sentimentos

Hoje, quando nossa Greve está completando três meses, "peço licença" para falar de sentimentos. Peço licença, porque sei que esta instância, Assembléia de Greve, é eminentemente política. Não que os sentimentos não sejam políticos também, mas, de algum modo, eles constituem um outro tipo de instância, que possui, sim, suas especificidades: a das emoções e dos afetos.

Orgulho, no "bom sentido"

Orgulho-me de pertencer a uma categoria profissional guerreira e combativa. Categoria que, para além dos equívocos de seu Sindicato, do Comando Nacional, bem como dos nossos, locais, mantém-se unida, há 90 dias, em seu movimento paredista. Mantém-se forte e coesa, mesmo sem salário, sem negociação, e sem o devido respeito.

Espanto

Espanto-me, como professora universitária, de estar face-a-face com a perversão – sem nenhum limite nem valor éticos – do Patrão. Que não é Fernando, Henrique, Paulo, Renato, Maria, Helena, ou qualquer outro nome próprio de indivíduo algum. Também é indivíduo, mas que, acima de tudo, é o Patrão do Capital: aquele da concentração e, por isto mesmo, da exclusão. Patrão, para o qual, tudo o que é Público, tudo o que foi constituído como Público, pelas organizações e lutas dos trabalhadores, deve ser enfraquecido e, na medida do possível, extermínado. Esse sentimento é mais ou menos aquele da conhecida poesia de Brecht, que me faz exclamar: – Meu deus, agora chegou a minha-a-nossa vez!

Tristeza

Entristece-me ter tocado justo a nós viver este capítulo da história da Educação Pública no Brasil. Capítulo, em que tal história e nós, que temos de vivê-la, no tempo presente deste mundo de agora, estamos sendo postos de lado, tornados acessórios e descartáveis, passíveis de virar dejetos. Tudo em nome do privilegiamento da outra parcela da Educação, que é a mesma do Capital do Patrão: a Educação Privada. Comprovar, durante estes três meses, que todo o acúmulo feito pela Educação Federal Pública, em termos de produção de conhecimentos, relações com a sociedade civil e movimentos populares, formação de intelectuais, profissionais e cidadãos, pode e deve ser eliminado... é muito, muitíssimo triste.

Por último, o sentimento ativo de Indignação

Penso que esta Greve precisa valer para todos nós – dirigentes, técnicos, professores, alunos – bem mais do que vale qualquer "lição". Precisa ser o que foi o 11 de setembro de 2001 para a atual conjuntura internacional: um divisor de águas, de tempos, de mundos.

Independentemente dos resultados de nosso Movimento, penso que devemos, em seu final, nos declarar, sentir e, sobretudo, praticar uma condição de Mobilização Permanente, sem tréguas, inegociável.

Por certo, isso implicará não apenas antagonizar, cada vez mais firme e organizadamente, com todas as ações e medidas propostas pelo Governo Federal e seu Ministério da Educação, que objetivam o desmonte truculento de nossa Educação.

Mas, mais do que isso, implicará inventar e construir modos diferentes e formas, talvez, ainda inimagináveis, de tornar visíveis e enunciáveis, para nós próprios, para a população brasileira e mundial, todas as nossas realizações no Ensino, na Pesquisa e na Extensão.

Ao criar e promover tais ações, que dêem novas visibilidades e enunciabilidades ao que pensamos, sentimos, fazemos, enquanto Universidade Pública, poderemos exercitar a POLÍTICA DA INDIGNAÇÃO.

Ou seja, reagir contra o Destino de nossa Universidade, que vem sendo traçado pelas políticas educacionais dos governos neoliberais de todo o mundo capitalizado. Expressar o nosso total repúdio à injustiça orquestrada por esse Destino. Resgatar a memória exemplar de várias gerações de colegas, que dedicaram a sua vida e os seus esforços para construir a



Fotos Cristina Lima

ORELHA



**O caminho do meio
Uma leitura da obra de
João Ubaldo Ribeiro**
Zilá Bernd e Francis Utzéa

Conjunto de ensaios que apresentam duas abordagens diferentes da obra de João Ubaldo Ribeiro, visando estabelecer uma relação de complementariedade. A atenção especial é para o estudo de "Viva o povo brasileiro". Editora da Universidade. 149p.



**Van Gogh
As cores que tremiam**
Paulo Bentancur

Da série Brincando de Pensar, livro infantil que apresenta às crianças o pintor Vincent Van Gogh. A série tem, ainda, Shakespeare - Entre o Céu e a Terra, Freud - O Menino Escondido, Kafka - O criador de Monstros, Platão - Os homens na caverna, e Aristóteles - É lógico, pô!. Artes e Ofícios, 46p.



**Janelas do ciberespaço
Comunicação e cibercultura**
André Lemos e Marco Palácios (orgs.)

Livro que pretende dar um panorama geral das principais questões que tocam hoje a cultura eletrônica. Produzido a partir de pesquisas do Centro de Estudos e Pesquisas em Cibercultura (Ciberpesquisa), da Universidade Federal da Bahia. Sulina, 277p.

WWW

Alca

<http://www.alcabajo.cu/>
Sítio sobre o encontro continental de luta contra a Alca, ocorrido em Cuba, em novembro. Em espanhol.

Jornalismo

<http://www.motherjones.com/>
Sítio da revista norte-americana Mother Jones. Traz matérias sobre justiça social, meio ambiente e cultura popular. A publicação é famosa por suas matérias investigativas.

Privatização da pesquisa ameaça ciência fundamental

Cristina Lima



Janine: "Os cientistas não podem travar essa luta isoladamente"

AD verso Segundo a avaliação de alguns pesquisadores, o problema da mercantilização da pesquisa, da privatização das instituições públicas de ensino e pesquisa, está estreitamente ligado ao paradigma científico que se impôs há cerca de 20 anos. A sra. concorda com essa afirmação?

Janine Guespin - Sim. Eu diria que a mercantilização da pesquisa e a consequente privatização do saber apóiam-se no paradigma científico reducionista atual e o favorecem. Esse processo de mercantilização favorece as pesquisas fundamentais que são mais suscetíveis de obter rapidamente uma fonte de recursos financeiros. Tudo mudou sob este paradigma que não considera a questão da complexidade dos seres vivos e a utilização de outros instrumentos científicos que não os reducionistas. O que importa para esse modelo são aquelas pesquisas que podem gerar lucro o mais rapidamente possível.

Adverso - Como se dá na França este processo de mercantilização da pesquisa?

Guespin - É um mecanismo difícil de avaliar porque ele é extremamente difuso e diluído. Na França, o dinheiro para a pesquisa vem de várias fontes. Há o dinheiro do Estado que vai para a Universidade ou para as agências de pesquisa como o Centre Nationale de Recherche Scientifique (CNRS) – o CNPq francês. Para obter esse dinheiro, o cientista deve fazer um projeto que deve estar inscrito em grandes eixos temáticos. Há uma pressão enorme por parte das fontes financeiras para que os projetos sejam orientados em uma determinada direção. Por exemplo, nos anos 80, houve uma enorme pressão do CNRS para que todos os biólogos, de todas as disciplinas, priorizassem a pesquisa em biologia molecular.

O processo de progressiva privatização da pesquisa científica, comandado pelos interesses de lucro imediato do mercado, constitui uma séria ameaça à ciência fundamental. A avaliação é da professora Janine Guespin, da Universidade de Rouen (França), pesquisadora na área de genética bacteriana e biologia integrativa, que esteve recentemente em Porto Alegre. Em visita à Adufrrgs, a professora Janine Guespin conversou com um grupo de professores sobre a situação da pesquisa básica na França e sobre os riscos que o processo de mercantilização do saber traz para a atividade científica. Em entrevista ao jornal *Adverso*, ela destacou quais são os principais riscos e lançou um alerta para a comunidade científica.

Marco Aurélio Weissheimer

Essa pressão se traduz tanto em nível de créditos para a pesquisa quanto em nível de carreira acadêmica. Como funcionários do Estado, os pesquisadores não podem ser despedidos, caso contrariem tal orientação, mas podem ter suas carreiras prejudicadas. Através desse tipo de pressão, o CNRS pôde mudar fortemente a orientação da pesquisa fundamental na área da biologia. A Universidade era um ambiente bem mais livre, mas atualmente começa a caminhar na mesma direção, privilegiando áreas de pesquisa determinadas por comissões de experts. Essas comissões são eleitas democraticamente, mas a comunidade científica normalmente é muito sensível a pressões.

Adverso - Este debate sobre a mercantilização da pesquisa e do saber faz parte da agenda de discussões da comunidade científica na França e na Europa?

Guespin - Os cientistas e pesquisadores que contestam a ideologia reducionista são ainda, de modo geral, minoritários na França e na Europa. Mas há uma importante tendência de crescimento deste grupo de contestação. Há um forte movimento de tomada de consciência, principalmente a partir das pesquisas sobre o genoma, que colocam importantes questionamentos sobre as fronteiras entre ciência e ética. Na área das ciências biológicas, temos hoje um movimento que chamamos de "biologia integrativa". De um lado, temos aqueles cientistas que preocupam-se em estudar isoladamente todas as proteínas e seu funcionamento; de outro, há aqueles que querem trabalhar sobre a relação funcional entre essas moléculas. No momento, esse último grupo ainda é minoritário, mas começa a ganhar mais espaço na comunidade científica.

"A comunidade científica normalmente é muito sensível a pressões"

Adverso - Quais são as estratégias para reverter esse quadro de privatização do saber, que se assemelha à luta entre Davi e Golias, onde Golias representa o dinheiro e fontes de crédito para a pesquisa?

Guespin - Essa é uma questão fundamental. Nós começamos a debatê-la numa instituição chamada "Espaço Marx". Qual resistência é possível no quadro atual? Obviamente ainda não chegamos a uma conclusão final, mas já estabelecemos alguns pontos importantes. Acreditamos que a única maneira de começar a sair deste paradigma é ampliar o debate para além da comunidade científica. Os cientistas não podem travar essa luta isoladamente. É preciso democratizar esse debate, estendendo-o para a sociedade civil. Isso é muito difícil em

função do aspecto técnico da ciência. Além disso, há outro problema adicional. Na França, os cientistas têm a tendência de se apresentar como experts e portadores da verdade. A população não tem vez nem voz contra esses experts. No entanto, com os problemas da vaca louca e dos organismos geneticamente modificados (OGMs), uma importante parcela da opinião pública francesa ficou muito sensibilizada, abrindo a possibilidade de um debate mais amplo. Um grande debate social pode ter iniciado. O que se passa na França, neste momento, é que os cientistas praticamente não participam desse debate. São sobretudo os políticos que utilizam esse debate, mais ou menos bem. No caso dos transgênicos, o debate é liderado pela Confederação Camponesa (de José Bové) e

"Não podemos saber de qual domínio da ciência surgirá a descoberta que pode revolucioná-la"

pela Associação pela Taxação do Capital Financeiro em Apoio aos Cidadãos (Attac). O problema é fazer com que os cientistas participem desse debate. Eles teriam um importante papel a cumprir, informando a opinião pública sobre os diversos aspectos destes problemas, mesmo que isso signifique desacelerar um pouco a pesquisa.

Adverso - Esse amplo debate social não traz o risco de a opinião pública exigir resultados práticos da pesquisa científica, prejudicando a pesquisa fundamental?

Guespin - Acho que esse risco é real. Acredito que, no debate público, é preciso se apoiar na história da ciência e mostrar que as respostas a questões importantes raramente surgiram de estudos diretos de tais questões. É preciso fazer com que a opinião pública compreenda a necessidade de estimular a pesquisa de base em todos os domínios, sem preocupação com resultados imediatos práticos. A história mostra que nós não podemos saber de qual domínio da ciência surgirá a descoberta que pode revolucioná-la. Um exemplo bem próximo de nós é o das recentes descobertas sobre o gene. Elas provêm de uma pesquisa sobre um fenômeno que, durante muito tempo, parecia extremamente desinteressante, a saber, que as bactérias possuem um mecanismo de resistência aos vírus um pouco particular. Isso aborrecia todo mundo na pesquisa. Tratava-se de uma pesquisa completamente fundamental, sem qualquer aplicação prática visível. E, ironia da ciência, essa pesquisa acabou dando origem à grande revolução biotecnológica, na segunda metade do século XX. No grande debate com a opinião pública, os cientistas devem utilizar esse tipo de exemplo para mostrar a importância da pesquisa fundamental, sem preocupação com resultados práticos imediatos. É assim que a ciência funciona.